

A transição do regime militar para a democracia: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) entre enlaces e jogos da política

Andréa Cristiana Santos¹

A transição democrática no país se fez em um processo de consolidação gradual de aparatos institucionais da representação da política e de participação da sociedade civil na esfera pública. Iniciado a partir da década de 1970, este processo pode ser categorizado como uma distensão do regime autoritário para uma emancipação de direitos sociais e políticos.

Na literatura da Ciência Política brasileira, a origem do termo transição se relaciona ao conceito de distensão, o qual significa liberalização, descompressão ou abertura. Os primeiros autores a realizarem estudos sobre este período foram os americanos O'Donnell e Shmitter que caracterizaram o termo transição “como um intervalo de tempo de indefinições no qual são processadas certas reformas no regime político ou são redefinidas as regras que regulam as forças entre governantes e governados” (*apud* MATHIAS, 1995: 18). Também pode significar o período em que um regime autoritário se desfaz, contudo ainda não existe um outro sistema político consolidado nem as regras do jogo político estão suficientemente estabelecidas.

A partir da influência desses autores, convencionou-se considerar que o processo de transição é marcado por duas fases: substituição ou afrouxamento de regras institucionais com vistas a diminuir a repressão política, ao mesmo tempo que se procura assegurar o restabelecimento de alguns direitos individuais ou coletivos. Na sociedade brasileira, essa primeira fase começou no governo Ernesto Geisel, em 1974, que conduziu para a distensão dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, implantada pelo golpe militar de 1964 com base na imposição de um sistema de controle e dominação dos aparatos da vida social e política, com a publicação de atos institucionais, sistema bipartidário, censura à imprensa e restrição às liberdades sociais e políticas (ALVES, 1987: 26).

¹ Andréa Cristiana Santos é Mestre em História Social e professora do Departamento de Ciências Humanas-Universidade do Estado da Bahia. Este estudo é resultante de pesquisas sobre o Partido Comunista do Brasil e teve apoio da FAPESB.

Já a segunda fase, foi marcada pelo estabelecimento de regras que tornassem possível a alternância no poder com o alargamento dos direitos civis e da participação popular, significando, no futuro, a possibilidade de realização de eleições livres (MATHIAS, 1995: p. 18). Neste curso, as eleições de 1974, com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foram significativas para demonstrar o vigor da oposição ao regime militar.

No Brasil, a transição para o sistema democrático ganhou maior visibilidade pública a partir do ano de 1979 quando o processo de distensão se tornou mais abrangente com os movimentos sociais (greves, movimentos de bairro, contra a carestia), a promulgação da Lei da Anistia e o reordenamento da política representativa com o fim do sistema bipartidário, que perdurou durante todo o regime militar.

Aparentemente, a existência de um sistema representativo poderia significar a participação livre dos cidadãos nos processos de eleição parlamentar e de uma soberania popular. Contudo, ainda estávamos distante do conceito da teoria clássica de Democracia, como a de governo do povo ou de todos aqueles que gozam dos direitos plenos de cidadania (BOBBIO, 2000: 319).

O significado dessas mudanças durante a transição pode ser considerado como novas instâncias da política representativa que seriam conquistados posteriormente, como a campanha por eleições diretas, em 1984, e a implantação da Constituição, em 1988.

Neste contexto, as organizações do sistema político desempenharam uma função de mediação para os setores da sociedade civil. Ressalta-se que a participação da sociedade civil não pode se atrelar de forma subserviente à representação partidária, principalmente pela relevância no contexto da transição, dos variados setores da sociedade civil que procuram se reorganizar em busca do atendimento as suas demandas sociais. Contudo, é importante investigar o papel dessas instâncias partidárias que ora atuavam como mediadores, ora como apêndices também desse movimento.

Diante disto, este artigo procurar refletir de que forma a participação dos atores tradicionais da política - os partidos - se organizaram em meio ao processo de transição democrática. Assim como, procura trazer uma reflexão sobre o conceito de democracia em voga no contexto da transição.

Para tanto, este artigo discute aspectos da trajetória do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que se utilizará de estratégias simbólicas e de poder para conquistar espaços na arena política. É fato que o PC do B, partido de esquerda com representativa política minoritária, foi aos poucos adotando uma linha programática cada vez mais condizente com os projetos de uma democracia representativa. Ser eleito e eleger dirigentes partidários compunham a linha programática do partido no contexto da transição, mesmo se utilizando de outras legendas como a do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como aconteceu já que o PC do B conquistou o registro legal pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1985.

Este corpus para o artigo foi escolhido devido a necessidade de entender como um partido que, durante o regime militar adotou uma linha programática que aludia a luta de massa e a armada, pode aderir aos princípios de uma democracia de partido, no qual os organismos partidários emergem para mobilizar um eleitorado e representá-lo nas suas demandas no parlamento.

É sobre o pêndulo de uma política que aceitava gradativamente a democracia representativa que se estrutura essa investigação. Para tanto, este artigo se utiliza de uma pesquisa de campo de caráter documental com base na leitura bibliográfica, documentos partidários e entrevistas orais com militantes.

O artigo está dividido em duas partes: o primeiro procura-se, por meio da revisão da literatura, traçar breves comentários sobre a compreensão da democracia brasileira. No segundo, pequena gênese da trajetória do PC do B e os processos de mediação da política rumo a uma democracia representativa.

A Democracia no contexto da transição brasileira

A partir do ano de 1979, mudanças sociais e políticas conduziam a liberalização dos espaços políticos, seja por meio de “ações de crítica e contestação de parcelas da sociedade civil para o reconhecimento de seus direitos; bem como, um processo de afrouxamento do poder instituído pelas elites dirigentes” (MATHIAS, 1995: 22). Houve também formas simbólicas como a participação da sociedade civil nas greves e os atos promovidos pela Igreja para denunciar os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho na década de 70. Para a cientista política Suzely Mathias (1995),

havia um projeto, no qual a elite no poder – os militares – engendrou uma “estratégia” para que ocorresse uma distensão lenta, gradual e restrita, iniciada no início do governo Ernesto Geisel, e concluída com a chegada de João Batista Figueiredo ao poder.

Nos estudos sobre o processo de transição brasileira, deparamo-nos com algumas comparações pertinentes ao Brasil e a Espanha, pois ambos países, com especificidades próprias, realizaram processo de transição entre um regime autoritário para o democrático. No final da década de 1970, a Espanha era tida como um exemplo de um país no qual a transição da ditadura à democracia conseguiu obter êxito. O país produziu uma reforma compactuada entre as antigas elites dirigentes e as novas elites, principalmente sob influência do primeiro ministro Adolfo Suárez e do Partido Socialista Espanhol (PSOE).

O consenso entre forças conservadoras e novas elites políticas teria sido necessário para que o Estado não se dissolvesse e fosse implementada uma reforma eleitoral gradativa, uma transferência de poder pacífica e ordenada. Juan J. Lins (1989) afirma que, no processo de transição negociada, requer-se a presença de lideranças que sejam capazes de “agir em nome de interesses dos que eles presumivelmente representam e com capacidade de comprometer-se com aqueles que eles representam” (1989:227). Contudo, neste processo, quem poderia falar em nome de quem, eis uma interrogação.

Para Juan J Lins, a liderança exigia a habilidade de negociar com diversos setores e capacidade de apresentar um plano político às pessoas que aderiram ao acordo. Contudo, o autor ressalta que o papel da liderança, ao contrário da autoridade formal, pode ser frágil, pois pode ser obtida e perdida facilmente. No sistema democrático, baseado numa autoridade formal, a liderança necessita ser reconhecida a longo e médio prazo. Assim, na construção da nova democracia espanhola, houve a construção de uma liderança suficientemente forte para garantir o consenso.

No primeiro momento, o primeiro ministro Adolfo Suárez, de 1977 a 1981, exerceu essa função ao conduzir a reforma negociada que garantiu o referendo popular nas eleições, a promulgação da Constituição e reforçou a importância do parlamento. Após, Felipe Gonzalez, do PSOE, se colocou como a liderança, ao obter o controle do seu partido e ainda atrair o eleitorado. A liderança de Felipe Gonzalez começou através do “núcleo de amigos coesos dentro do Partido Socialista”; na oposição às lideranças antigas do PSOE, que estavam no exílio; e no aumento de sua representatividade junto

ao eleitorado e de outras estratégias simbólicas como o culto à personalidade (LINS, 1989: 255).

Assim, a transição para o sistema democrático na Espanha foi construída na base de uma negociação, um consenso estabelecido entre as elites conservadores e novos dirigentes que conduziram a uma reforma pactuada.

Já no Brasil, após a política de abertura promovida por Figueiredo na década de 1980, intelectuais brasileiros se propuseram a pensar sobre a transição democrática. Mudanças nos processos políticos pareciam ocorrer de forma muito rápida, contudo incapazes de produzir uma ruptura, talvez caminhássemos para uma reforma pactuada, realizada por alguns agentes políticos, mas sem o predomínio de uma liderança capaz de produzir o consenso, o que pode ter sido positivo para o país. Contudo, houve, de certo modo, um pacto entre os detentores do poder, principalmente os militares, para uma transição gradual, com a participação de civis. Também houve a tentativa de construir lideranças, como a de Tancredo Neves, em uma negociação visando a eleições diretas de 1984, interrompida com a sua morte e sem o carisma de outros líderes que surgiram no período como o próprio Luis Inácio da Silva (LULA).

Segundo Francisco Wefort (1984) a transição para a democracia brasileira se fez “pelo alto” com a finalidade de dar continuidade à política liberal do Estado durante o regime militar: de um lado, forças conservadores representadas por Paulo Maluf; de outro a proposta liberal, de marca também conservadora, representada por Tancredo Neves. Para Wefort, os militares se retiravam da direção do Estado para passar o poder civil a mãos confiáveis, visando um pacto social para a reorganização institucional.

Neste cenário, haveria apenas uma disputa entre as elites e os grupos dominantes. Já os problemas predominantes na década de 1980, principalmente a crise econômica que centralizava todo o discurso social e político, atingiam os trabalhadores, um dos principais sujeitos implicados na transição. Para Wefort, entre o caminho da Democracia e a Revolução que se almejava por alguns segmentos de oposição nas décadas de 1960 e 1970, a definição pelo sistema democrático se fez prioritariamente por uma política de conciliação estabelecida entre iguais: conservadores e liberais.

Para Wefort, os militares impuseram um modelo autoritário de Democracia. Dito desta forma, a democracia seria uma delegação do poder militar à sociedade, não seria o povo a construí-la, mas o representante maior do Estado. Desta forma, o sistema

democrático não era concebido na lógica do *dever ser*, como um direito universal ou uma conquista da soberania popular. A democracia era concebida como uma delegação para que pusesse fim ao período de autoritarismo.

A democracia brasileira, à época em construção, repercutia as ideias do governo representativo que começaram a proliferar na Europa, primeiro como direito censitário ao voto; após, com promulgação do sufrágio universal, com o fortalecimento dos sindicatos e criação dos partidos operários, como teoriza Bernard Manin (1995) para explicar as fases do governo representativo. Grupos de interesse e partidos lutavam entre si para ocupar o poder.

Numa reflexão mais sistemática do conceito de democracia, Norberto Bobbio (2000) coloca a questão de que, em uma democracia do tipo socialista, o que a diferencia do modelo liberal, é a crítica deste modelo representativo, baseado no sufrágio universal, e a necessidade de retomar alguns temas da democracia direta, como o controle do poder a partir da participação popular e uma maior extensão dos órgãos de decisão política para alguns centros de decisão econômica, do aparelho estatal à empresa, da sociedade política à civil, e do funcionamento de novos órgãos de controle até a autogestão.

No Brasil, da década de 1980, não era perceptível qual modelo de democracia a sociedade escolheria, contudo o representativo se consolidava em meio às disputas de partidos para se inserir como mediadores ou para se manter no poder. Os movimentos sociais também irão influenciar no sentido de que se organizam em busca de direitos de natureza de reconhecimento e de redistribuição, quanto no relacionamento com a política partidária para garantir emendas populares e direitos assegurados na Assembléia Constituinte, de 1986, e na própria Constituição.

Luis Wenerck Viana (2006) considera que, desde os anos 30, a sociedade brasileira passou por um processo de democratização em que ocorreu a passagem da sociedade tradicional para a urbano-industrial, sendo acompanhado por abertura de novas oportunidades de vida introduzidas pela modernização da vida econômica.

Contudo, ele considera que a democratização política só tomou impulso com a promulgação da Carta de 1988, cujo processo deixou de obedecer ao padrão “administrado”, como ele denomina, imposto pelos segmentos burgueses. Para Viana, a constituição de 1988, passa a consistir em um “movimento de baixo para cima” em que

segmentos sociais se descobrem portadores de “interesses próprios, os quais, por meio da prática da vida associativa têm se tornado conversíveis em direitos com a generalização da perspectiva da cidadania na esfera pública” (VIANA, 1996, p.15).

Neste caminhar, a democracia favoreceria a legitimação do padrão racional-legal no interior do Estado e em suas relações com a sociedade civil, derrotando as práticas patrimoniais e clientelistas que a modernização conservadora conservou da antiga ordem tradicional. Para o autor, o processo de legitimação racional-legal do sistema democrático consolidou o parlamento, os sindicatos e favoreceu a incorporação dos grupos sociais na sociedade civil. Mas tudo isso teria sido possível à base de um consenso social instituído.

Para o autor, a sociedade brasileira atual, sob influência do que ele chama de americanização da sociedade brasileira, se institui no eixo “interesses-direitos-cidadania”, no qual a sociedade procura gradativamente assegurar direitos e garantir a participação nos centros decisórios de poder. Este processo se faz em meio às disputas simbólicas. As lideranças de direita defendem a emancipação do mercado da ação do Estado, garantindo a esfera de interesse privados e liberais; à esquerda, os agentes sociais lutariam para assegurar um Estado de direito social.

Assim, ao compreender como a transição brasileira se fez, é possível identificar elementos de continuidade ou ruptura no atual sistema democrático, que possam favorecer a um maior controle social. Para ilustrar um campo de investigação social, analisamos a atuação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) neste processo.

A democracia representativa como instrumento de ascensão política

Em 1979, o PC do B, ainda na clandestinidade, iniciou o processo de reorganização partidária em meio a disputas com organizações de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi, nesse ano, que retornaram ao país lideranças partidárias, como João Amazonas e outros militantes, e o partido investe na construção de uma opinião pública por meio do jornal *Tribuna da Luta Operária*, distribuído para um público amplo, além do círculo de leitores

militantes. A publicação teria a função de ser um organizador do coletivo partidário, uma vez que o grupo de militantes estava dispersos no país. Havia também a necessidade de um órgão de comunicação para ser um elo entre a direção partidária, os militantes, simpatizantes e o público em geral, a fim de que suas ideias circulassem na sociedade².

Originário de uma cisão em 1962, no seio do PCB, único partido comunista à época com atuação no país, o PC do B cresceu e se solidificou na simbiose da defesa das lutas de massa e armada ocorridas nos estertores do regime militar (SANTOS, 2004). À promessa de abertura política gradual e restrita comandada por João Batista Figueiredo, o retorno de atores políticos como Leonel Brizola, Miguel Arraes e o surgimento de lideranças como Luis Inácio da Silva, o PC do B necessitava responder à altura os novos desafios sob o risco de não conseguir se consolidar como uma força política no cenário nacional.

A sociedade civil caminhava para restabelecer princípios democráticos. Neste contexto social, o partido não poderia ficar ausente da esfera pública nos seus espaços institucionais (como os sindicatos e o parlamento) nem da esfera pública. Se ficasse, correria o risco de sucumbir à luta política e perder a função de mediador entre os representantes nos espaços da política institucional.

É importante ressaltar ainda o contexto de organização interna do partido em torno de disputas que se apresentavam em torno de concepções políticas e linhas programáticas. As disputas internas surgiram, em 1976, no âmbito do Comitê Central a respeito da avaliação da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). A discussão se a guerrilha teria sido um movimento de luta popular, congregando amplos segmentos representativos do povo, ou se um foco guerrilheiro, no qual o processo ficou centralizado em um grupo experiente de combatentes, levou militantes a questionarem o centralismo democrático, a orientação do Comitê Central e a se organizarem no Partido Revolucionário Comunista (PRC).

A posição de Pedro Pomar, assassinado em dezembro de 1976, de que era necessário reconhecer a derrota das tropas guerrilheiras, não mitificá-la e fazer a crítica de que o partido subordinara o fator político ao militar, transformou-se numa luta

² Na década de 1980, tanto o PCB, PC do B terão órgãos de imprensa, e o PT investirá em boletins e em revistas.

interna no partido no ano de 1979. Dessa disputa, fica claro que o partido tinha fissuras na sua estrutura e ganhava corpo dentro do partido a liderança de militantes oriundos da Ação Popular, que se integraram ao partido no ano de 1972, hoje majoritário nos cargos do Comitê Central.

Para resolver os problemas internos na sua estrutura, organizar seu corpo de militantes e atrair novos filiados, o partido precisava definir sua linha política. Em 1978, o Comitê Central tinha realizado a VII Conferência, em Tirana, na Albânia, com a participação de dirigentes exilados e militantes. O documento final traçou a estratégia de defender a anistia política, liberdades políticas e sociais (direito de greve, organização e de reunião), e unir-se às mais amplas forças políticas e sociais em torno de bandeiras democráticas, por meio de uma frente democrática nacional;

Neste sentido, o documento ratificava o posicionamento para articular uma frente de oposição. Na prática, militantes do partido ocupavam os espaços institucionais como a Tendência Popular, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e nos movimentos populares como o “Trabalho Conjunto em Salvador”; Movimento contra a Carestia, em São Paulo, entre outros.

As ações para a formação da frente popular passavam por campanhas de mobilização de massas em amplos setores da sociedade, a organização dos sindicatos e a união com partidos tidos como progressistas como o PMDB. Caberiam aos militantes e ao povo brasileiro a defesa de uma democracia popular, compreendida como o ordenamento de aparatos jurídicos que garantissem as liberdades políticas e os direitos sociais.

Neste momento, o partido ainda demonstrava indícios de que não havia abandonado a perspectiva de tomada do poder por meio de rupturas, contudo a organização ainda era claramente minoritária no país.

É importante entender as razões pelas quais o partido, neste processo, fazia a defesa da democracia popular. No final dos anos de 1970 e na década de 1980, o partido tinha pouca presença no cenário político e suas lideranças se consolidaram no meio estudantil, cuja presença sempre foi significativa, e em meio ao agrupamento do MDB e, posteriormente, PMDB. Um outro detalhe é que o partido ainda não conquistara uma presença significativa nos movimentos sociais, particularmente nos sindicatos da região do Grande ABC que se organizaram a partir de 1979. Assim, para um partido que se

colocaria na arena política brasileira, encontrava-se sem a força política e sem lideranças capazes de mediar as demandas sociais nem de representá-las nas instâncias de poder.

Podemos pensar a defesa de uma democracia popular como uma forma do partido se inserir na cena política, estruturar seu coletivo partidário e, gradativamente, ganhar legitimidade política. Também devemos ressaltar que a tarefa não seria fácil. Na conjuntura dos anos de 1980, os movimentos sociais apresentavam uma dinâmica associativa, com capacidade de organização, com novas lideranças, relações mais horizontais com o Estado, bem como ampliação de direitos, que incluem a discussão de gênero, etnia, cultura, meio ambiente, direitos humanos, cidadania e de espaços públicos de participação, representação e negociação dos atores coletivos (PAOLI&TELES, 2000).

Neste contexto, a condução dos movimentos sociais independia da hierarquia partidária, o que requeria que o partido se colocasse como mediador diante de uma ordem mais democrática instituída na sociedade civil, sob o risco de não perder totalmente o elo com a esfera pública.

Também era necessário ganhar força no movimento sindical, um dos principais núcleos de organização dessa esfera civil, com o crescente prestígio de lideranças como Luis Inácio da Silva (Lula) e do PT. No início da década de 1980, o PC do B estava presente na “oposição sindical”, tendo a liderança de Aurélio Peres, que posteriormente seria candidato a deputado estadual pelo PMDB. Em outros estados, a base da militância do PC do B ainda se organizava no âmbito do movimento bancário e de funcionários públicos, mas isso foi um processo lento durante toda a década de 1980.

Além das disputas no campo sindical, havia também disputas pela inserção na arena política, com o crescimento do PT. Diante disto, o PC do B se aproximava, cada vez mais, do campo institucional do PMDB, como estratégia para ganhar corpo em determinados segmentos. Assim, de 1979 a 1984, o partido centrou a sua ação na luta pela “mais ampla liberdade política”, com a defesa do direito à organização política e sindical. É, nesse período, também que o partido, através da legenda do PMDB, conquistou cargos eletivos nas eleições de 1982.

Nas eleições municipais de 1982, algumas lideranças como Jane Vasconcelos, em Salvador, pela atuação no Trabalho Conjunto, luta contra o aumento da carestia,

“quebra-quebra dos ônibus”, e Paulo César Andrade, que tinha uma base de militância oriunda dos movimentos eclesiais de base em Juazeiro-Ba, foram eleitos vereadores pela legenda do PMDB.

Assim, gradativamente, o partido aceitava as regras do jogo institucional participando das instâncias deliberativas do poder, ao mesmo tempo que disputava com outros partidos o poder de mediação junto ao movimento popular, necessário para que pudesse se instituir como uma liderança. Esse processo ocorreu em meio a contradições.

À época, o partido fazia uma crítica ferrenha a atuação do PT e do PCB nos órgãos de imprensa partidária. Podemos entender essa crítica como uma estratégia de sobrevivência programática no campo das esquerdas, desejando-se colocar como um partido de natureza marxista-leninista. Porém, no jogo institucional da política, ele se aliou com forças conservadoras, a exemplo do apoio dado a José Sarney, na Nova República.

Isso não impede, contudo, de investigar como se deu a participação do partido em movimentos sociais e populares. O partido vai se mobilizar pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira em defesa da eleição direta à presidência, ganhando visibilidade pública.

Para a psicóloga, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e militante do PT à época, Maria Rita Assy³, o movimento das Diretas Já! foi significativo pela possibilidade de expressão da população de demandas sociais reprimidas durante o regime militar, como a livre reunião de pessoas, a revitalização de movimentos culturais e a inserção de populares na esfera política. Em Juazeiro, cidade do norte da Bahia, os movimentos eclesiais de base, a Diocese de Juazeiro, a Pastoral da Mulher, os Diretórios Acadêmicos, a Associação de Moradores de diversos bairros, o Movimento Negro Unificado, a *Tribuna da Luta Operária* que representava o PC do B, já que este se encontrava na clandestinidade, a Associação de Universitário de Juazeiro (AUJ) e outros partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), o PC do B e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se uniram na campanha:

“Foi um dos movimentos mais importantes de Juazeiro. As pessoas iam para as ruas, discutiam política, faziam comícios. A gente se dividia em

³ Entrevista realizada em 14 de Janeiro de 2009 pela bolsista FAPESB Thaïc Carvalho na pesquisa *Tribuna da Luta Operária* e a organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em Juazeiro, sob a minha coordenação.

grupos para fazer teatro nas barquinhas, compor músicas, pintar painéis, lutar por um país com eleições diretas. Eu lembro que um dos comícios na Rua 28 de setembro, no centro de Juazeiro, a gente conseguiu juntar mais de três mil pessoas. Foi um movimento forte, e as pessoas não desanimaram mesmo depois da votação da emenda Dante de Oliveira. Já estava perto do fim da ditadura, e o povo brasileiro sabia disso”.

Em Juazeiro, militantes do PC do B também se organizaram na Associação dos Universitários de Juazeiro (AUJ) por meio de Ernani Ribeiro, juazeirense e estudante de Economia, da Universidade Federal da Bahia, que participava dos movimentos estudantis. Nesse trabalho com a AUJ, a intervenção política que se pretendia era de forma indireta. Para Ernani, a intenção “era **‘levar informação e consciência as pessoas’**⁴ para que elas pudessem participar e mudar as coisas, mas não era uma intervenção direta como é a partidária, de querer mostrar as pessoas a sua ideia partidária, era de levar informação”.

Também houve a criação de um Comitê Suprapartidário a favor de eleições livres, reunindo militantes do PT, PCB, PC do B⁵ para fazer visitas aos bairros, comícios, manifestar a insatisfação com o regime militar e discutir os processos de mudança no sistema político. O Comitê foi presidido por Ernani Ribeiro que já havia retornado de Salvador e exerceu uma liderança durante esse contexto. Sobre o atrelamento da estrutura do Comitê aos interesses partidários, Ernani conta que houve disputas simbólicas com todos os partidos e conciliação de interesses, contudo marcadas pela necessidade de conquistar a esfera pública, fortalecerem-se na arena política e pelo desejo comum de retorno à uma democracia.

Todos usaram o Comitê, todos, claro, queriam vender seu peixe, porque dava visibilidade. Então, você participa, faz parte de um partido e nisso aqui eu estou ganhando visibilidade para, futuramente, por meu intermédio fortalecer o partido. É natural, normal. Porque a ideia que estava em jogo é a de que necessitava de todo mundo junto, porque o interesse era acima de qualquer interesse particular, porque era uma realidade do país. Depois que se conquista alguma coisa, começa a haver o interesse de cada um, porque, por exemplo, aquilo que unia todo mundo dentro do PMDB, ou que fazia ser todo mundo de oposição ou todo mundo de esquerda, quando se conquista a estabilidade democrática, você passa a querer, cada um espelha sua realidade, sua visão ideológica de mundo, então o processo foi esse. E depois começam a surgir os partidos, surge o PMDB, surge o PP, PFL, e por

⁴ Grifo e aspas do entrevistado. Entrevista realizada por Thaïc Carvalho.

⁵ Nas eleições de 1982, foram eleitos dois representantes do campo da esquerda na cidade, um militante do PCB, outro do PC do B.

aí vai. Vai se abrindo o leque e cada um vai se acomodando dentro do jogo de conquista do poder, aquilo que cada um pretende se fortalecer para chegar ao poder”.

O movimento pelas Diretas Já! não obteve êxito, sendo eleito Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Com a morte do político mineiro, o partido manifestou apoio ao governo de José Sarney, diferentemente de outras agremiações que se colocaram contrário. O partido só viria a romper com Sarney no ano de 1986.

Apesar de ter havido movimentos de conciliação pelo fim do regime militar, a participação da população nos movimentos sociais demonstra a capacidade de segmentos sociais de buscarem o atendimento às suas demandas sociais. Demonstra ainda que os partidos procuraram se fortalecer no âmbito da transição democrática e afirmaram o seu lugar na mediação política, seja através de acordos, negociações e ou evitando o conflito.

No âmbito do PC do B, muitos outros processos políticos ocorreram que provocaram uma mudança na linha programática de defesa da luta armada, nos anos 60 e até meados de 1970, para aderir à democracia representativa, no qual o sistema político se organiza por procedimentos e regras baseados na escolha de líderes por meio da competição política e participação do cidadão.

Contudo, não existe uma resposta fácil que justifique essa adesão ao modelo do governo representativo. O registro legal do partido pelo Supremo Tribunal Eleitoral, em 1985, é um marco para consolidar a estratégia de adesão aos processos formais de disputa pelo poder, assim como a inserção em entidades sindicais e instâncias deliberativas do poder. Há de se procurar respostas a muitas questões que possam explicar o continuísmo de algumas lideranças do partido bem como a incorporação de outros filiados que passam a representar institucionalmente a organização, bem como entender como as disputas políticas foram alimentando acordos e negociações entre partidos de natureza conservadora e de esquerda, mas que garantiram uma relativa longevidade ao partido.

A título de considerações finais

Decorridos 25 anos após a transição democrática, mudanças na sociedade brasileira consolidaram um aparato jurídico legal de representação política baseada no sufrágio universal, na competição eleitoral, na influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública, entre outros aspectos. Nestes anos, a representação política, principalmente a participação dos partidos, também foi influenciada por relações de desconfiança entre os representados e representantes, que, às vezes não os reconhecem como mediadores.

Permanece, assim, muitas vezes uma crise entre a representação instituída e os representantes. Contudo, isto não significa que os partidos políticos perderam a sua legitimidade como mediadores na esfera social. Cabe-nos refletir sobre o papel do partido em um sistema democrático cuja influência da opinião pública, a chamada “democracia da platéia”, tem sido decisiva nos processos de tomada de decisão e de assunção ao poder.

Apesar de se verificar em alguns partidos a perda da identidade social e de classe, que fora inerente aos partidos comunistas em alguns momentos da história política do país, as lideranças partidárias ainda são atores importantes do jogo democrático. Para tanto, é importante refletir, como nos alerta Nadia Urbinati (2006), que a representação política não concebe a sociedade como resultado de indivíduos isolados, uma massa de eleitores sem opinião, crença, ideias.

É possível pensar que os representados elegem os seus representantes por uma intrincada malha de significados e interpretações acerca de seus interesses. Assim, na teoria da democracia representativa, as instituições políticas e os cidadãos podem estar conectados numa relação possível de soberania, e pode ir além do ato de votar e ser eleito.

Como nos fala a autora, a política pode ser uma “arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo” (URBINATI, 1996, p. 193). Neste contexto, a representação também não pode ser um ato deliberativo nem pode se resumir a um contrato minimalista entre governados e governantes. Cabe aos partidos a possibilidade de sempre reafirmar junto aos seus representantes as ideias e “narrativas”

que os vinculam a uma determinada ideologia ou a uma concepção partidária que os fazem querer se colocar como instâncias mediadoras junto ao coletivo.

Diante disto, é possível pensar a legitimidade da democracia representativa não somente no ato de votar, mas o ato de eleger um representante deve ser baseado em um processo de avaliação acerca das ideias e ideologias que assegurem uma determinada narrativa sobre o campo social. Aos partidos também cabem o desafio de manterem-se coerentes com uma linha programática, uma ideologia que seja reconhecida e cumprida no tecido social, e mesmo com interesses, contudo definidos por demandas sociais, e não interesses individuais. É este talvez o desafio que nos impõe uma democracia construída no decorrer de uma transição entre a forma autoritária de poder para a participação livre de todos no processo de tomada de decisão.

Referências

- ALVES, Maria H. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Bauru/SP: EDUSC 2005.
- BERNTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (org). **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto (org). **Dicionário de Política**. 5ª ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DO POVO BRASILEIRO**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.
- KINZO, Maria D'Álva. **Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- LINZ, Juan J. Liderança inovadora na transição para a democracia e uma nova democracia: o caso da Espanha. IN: QUINTANA, Enrique F. **A transição que deu certo: o exemplo da democracia espanhola**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano 10. Nº 29, Outubro, 1995, 5-34.
- MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: o projeto militar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- PAOLI, Maria Celi&TELLES, Vera. Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil Contemporâneo. In: ALVAZEZ, Sônia; DAGNINO, Evelina (orgs). **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais**. Porto Alegre: Edpuers, 1999.

SALES, Jean Rodrigues. **Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)**. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. RJ: Paz e Terra, 1986.

SANTOS., Andréa C. **Ação entre Amigos: história do Partido Comunista do Brasil em Salvador (1965-1973)**. Salvador: Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH/UFBA, 2004a.

URBINATI, Nádía. **O que torna a representação democrática?** Lua Nova. São Paulo, 67, 2006.

VIANA, Luiz W. **Esquerda brasileira e tradição republicana**. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-LULA. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WERFORT, Francisco. **Por que Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.